

## **A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E ÊXITO NA ESCOLA: UMA REFLEXÃO ACERCA DA BIBLIOTECA ESCOLAR.**

GISELA EGGERT STEINDEL (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA),  
CAIO FARIA FONSECA (UDESC).

### **Resumo**

Este trabalho se inscreve nos estudos acerca da formação de professores do ensino fundamental em Santa Catarina, ancorado no projeto de pesquisa "JUSTIÇA, ÊXITO E FRACASSO NA ESCOLA: O impacto sobre os processos de socialização e de construção das identidades profissionais dos professores catarinenses (1950–2005)". O presente estudo constituiu uma pesquisa documental e bibliográfica. Teve por foco a biblioteca escolar como equipamento de informação, saber e conhecimento, com recorte temporal compreendido entre os anos de 50 e 90 do século XX. O recorte teve por justificativa a identificação e o acesso de documentos com foco no objeto em questão, a biblioteca escolar. A pergunta norteadora foi: qual seria a relação da biblioteca escolar, como espaço social, na construção da justiça, do êxito ou do fracasso na escola? Buscou-se, assim, refletir como a questão da justiça aparece ou poderia estar representada nos processos de socialização da biblioteca escolar, especificamente nas questões de êxito e fracasso da escola primária catarinense. Para tanto, analisou-se o modo pelo qual a biblioteca escolar foi incluída nos projetos de democratização da escola; analisaram-se, também as representações sobre justiça creditadas à biblioteca escolar, esteio dos projetos de democratização do acesso ao sistema de ensino; finalmente, intentou-se uma reflexão acerca da problemática do conceito de justiça escolar e social como questão inerente à biblioteca escolar. Dentro dos seus limites estruturais, pode-se conferir a esse tipo de biblioteca a configuração de uma instituição mediadora do ideário de justiça e êxito escolar.

### **Palavras-chave:**

1. Biblioteca escolar – Justiça escolar , Biblioteca escolar – Êxito escolar, História da Educação – Biblioteca escolar.

GISELA  
CAIO FARIA FONSECA 2

EGGERT-STEINDEL1

1 PRIMEIRAS PALAVRAS  
Este trabalho se inscreve nos estudos acerca da formação de professores do ensino primário em Santa Catarina, ancorado no projeto de pesquisa "JUSTIÇA, ÊXITO E FRACASSO NA ESCOLA: O impacto sobre os processos de socialização e de construção das identidades profissionais dos professores catarinenses" (1950-2005). Tal projeto buscou identificar "a presença e recorrência do conceito de justiça, que pode estar registrado de diferentes formas: superação do fracasso, justiça escolar, escola mais justa, busca de menor desigualdade social [...] em documentos que organizam e conformam (no sentido de atribuir forma) a educação básica e os cursos destinados à formação de profissionais para nela atuar" (CATANI & CARPENTIER, 2005). O trabalho tem como foco a biblioteca escolar como equipamento de informação, saber e conhecimento, com recorte temporal compreendido entre os anos de 50 e 90 do século XX. A Biblioteca Escolar é lida nessas décadas, na clave do Ensino Primário em Santa Catarina dos anos 50 e no Manifesto da IFLA/UNESCO dos anos 90 acerca da Biblioteca Escolar. O trabalho se constitui numa pesquisa documental e bibliográfica. Calcado no pressuposto de que toda biblioteca constituiu um espaço

de sociabilidade, além de um ambiente de incentivo ao auto-didatismo, que estimula o estudante a obter conhecimento através de pesquisas, pergunta-se: qual seria a relação da biblioteca escolar, como espaço social, na construção da justiça, do êxito ou do fracasso na escola? O fio condutor da investigação foi o de conhecer tal espaço como instituição educativa, como espaço que possibilita criar formas de socialização, particularmente, no que diz respeito à consolidação do ideário da justiça, presente tanto no discurso oficial quanto nas práticas da biblioteca como possibilidade de informação e saber. Buscou-se, assim, refletir como a questão da justiça aparece ou poderia estar representada nos processos de socialização da biblioteca escolar, especificamente, nas questões de êxito e fracasso da escola. Para tanto, analisou-se o modo como a biblioteca escolar foi incluída nos projetos de democratização da escola, as representações de justiça creditadas à biblioteca escolar, esteio dos projetos de democratização do acesso ao sistema de ensino e, finalmente, intentou-se uma reflexão acerca do problema do conceito de justiça escolar e social como questão inerente à biblioteca escolar. As fontes documentais utilizadas foram o Decreto nº. 3.735, de 17 de dezembro de 1946, o regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no estado de Santa Catarina, além de relatórios de associações escolares. Recorreu-se, ainda, a fontes institucionais como os Manifestos Biblioteca Pública da Unesco (1949, 1962 e 1994) e o Manifesto da IFLA Biblioteca Escolar de 1999.

## 2 A BIBLIOTECA NA ESCOLA EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, a primeira reforma do ensino a partir da República, foi promovida pelo governador-coronel Vidal Ramos, sob o comando do professor Orestes Guimarães que, em 1910, assumiu o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública para modernizar a educação pública catarinense. Outras reformas vieram entre as quais se destacam para este estudo a Reforma de 1935, conhecida como Reforma Trindade e, também, a Reforma Elpídio Barbosa em 1946.

No âmbito nacional as reformas do ensino pautadas na Escola Nova realizadas por Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935), legitimaram a biblioteca escolar no sistema de ensino. Nesta esteira, o Departamento de Educação de Santa Catarina, a partir da Reforma Trindade (1935), instituiu legalmente a biblioteca escolar na Rede Pública e a Reforma Elpídio Barbosa, em 1946, ratificou esta legalidade. A Reforma Trindade inovou ao criar o Departamento de Educação e as chamadas subdiretorias como a Subdiretoria de Bibliotecas, Museus e Radiodifusão. Com esta Reforma se estabelece em nosso estado uma nova atividade profissional na escola, que é o cargo de Professora Bibliotecária e Professora Encarregada de bibliotecas escolares. As bibliotecas propostas pela reforma deveriam, inicialmente, ser instaladas nos Grupos Escolares Modelo, existentes na época nas cidades de Florianópolis e Lages. Pode-se inferir que a institucionalização da biblioteca escolar no Ensino Público catarinense efetou-se sob a batuta dos ventos escolanovistas, ancorada na reforma do ensino primário. (MACHADO, 2002)

Se a biblioteca pública moderna é filha da Revolução Industrial (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000), a biblioteca escolar brasileira é filha da escola primária preconizada no projeto político e social republicano. A escola primária tinha como missão "[...] formar o cidadão republicano" (TEIXEIRA, citado por SOUZA, 1998, p. 13). A biblioteca escolar, junto com outros espaços como museus e laboratórios conformou-se em um dos elementos necessários ao desenvolvimento da pedagogia moderna. Nesta direção, Souza (1998, p. 15), afirma que: "Os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação". Os

estudos de Faria Filho e Gonçalves (2000), sobre tempos e espaços escolares na institucionalização da escola primária brasileira, reiteraram o crédito dado à educação no projeto republicano brasileiro e, a partir da década de 20 do século XX, sob os pressupostos da Escola Nova. No estado de Santa Catarina também está presente este espírito nas reformas do ensino. É possível perceber, a partir de diferentes fontes, a organização do ensino primário e o lugar dado a biblioteca escolar nestas reformas. A biblioteca escolar integra o quadro da organização escolar e assume uma categoria de complementação, no sentido de completar o sistema escolar então em vigência. Os documentos do Departamento de Educação, no ano de 1942, faz referência à unidade biblioteca escolar como:

"[As bibliotecas] serão organizadas nos grupos escolares, nas escolas normais primárias e institutos de educação, e nas escolas isoladas, tendo como objetivo a intensificação do gosto pela leitura" (art. 1º. Da port. N. 4, de 13/1/1937).

"O acervo dessas bibliotecas deveria ser composto por[...] livros sobre viagens, ciências naturais (tanto quando possível sob a forma atrativa), biografias, poesias, obras didáticas, dicionários, revistas e jornais ilustrados e outros de interesse educativo [...]" (BRASIL, 1942, p. 28- 29).

Mais adiante complementa:

"As bibliotecas deverão ser enriquecidas com coletâneas feitas pelos próprios alunos com recortes de jornais, reunidos pelos assuntos: poesias fáceis, poesias para classes adiantadas, artigos sobre economia política, contos infantis, charadas, notícias históricas e outros. Quando houver oportunidade, promover-se-á sessão literária e artística, com finalidade educativa, aproveitando-se, quanto possível, a colaboração de intelectuais, ou artistas que estiverem de passagem pela localidade" [...] (BRASIL, 1942, loc. cit)

Na Reforma Elpidio Barbosa, implantada, pelo Decreto nº 3.735, em 1946, a partir da orientação do Decreto Federal nº. 8.529, de 2 de janeiro do mesmo ano, a biblioteca escolar tem uma articulação direta com as demais instituições complementares denominadas Associações Escolares como:

- |    |   |         |                        |           |
|----|---|---------|------------------------|-----------|
| a) | – | liga    | pró-língua             | nacional; |
| b) | – |         | caixa                  | escolar;  |
| c) | – |         | cooperativa            | escolar;  |
| d) | – | clube   | agrícola               | escolar;  |
| e) | – | pelotão | de                     | saúde     |
| f) | – |         | biblioteca             | escolar;  |
| g) | – |         | jornal                 | escolar;  |
| h) |   | –clube  | de                     | leitura;  |
| i) | – | liga    | da                     | bondade;  |
| j) | – | círculo | de pais e professores, | etc.      |

O Artigo 578º, do Decreto nº. 3.735, propõe o tripé formado pela Biblioteca, Liga Pró-Língua Nacional e o Clube de Leitura, como se lê a seguir:

"Os trabalhos desses Clubes deverão ser executados em perfeita harmonia com os da biblioteca [...] 4) – Os regentes das escolas que possua Biblioteca devem esforçar-se no sentido da criação de seu Clube de Leitura, porque os livros da Biblioteca não se

destinam a simples enfeite da escola. 5) – O mesmo patrono da Biblioteca será cultuado pelo Clube de Leitura.[...]

7 – Compete ao presidente:[...] g) – auxiliar, pelo menos ao seu alcance, a aquisição de volumes para a Biblioteca;

[...] Dos sócios:  
14 – São seus deveres [...] d) – requisitar qualquer livro da Biblioteca por meio de papeletas ou fichas ao seu dispor [...] g) cooperar com recortes na feitura dos novos volumes da Biblioteca e da Liga Pró-Língua Nacional; [...]

16) – Para atender à principal finalidade do Clube de Leitura, damos algumas sugestões que podem ser ampliadas, à medida que o seu desenvolvimento exigir [...] j) – sempre que houver oportunidade, haverá aula de leitura variada nos livros da Biblioteca, previamente escolhidos pelo professor (p. 101-103)". (SANTA CATARINA, 1946, p. 64).

Os relatórios da Associação das Associações Escolares Campo Alegre, de 1950, reúnem atas das bibliotecas escolares e nelas descrevem a composição das diretorias, ações e atividades realizadas pelas bibliotecas escolares partindo do pressuposto que esta unidade escolar de informação e conhecimento se constituía em um espaço de compromisso com a formação cívica, com o estudo e a sociabilidade. (FIG. 01) Ver anexo. Observando o Artigo 7º, do Decreto nº. 3.735, há evidências de que a biblioteca escola tem presença importante articulada com outro espaço formador, os clubes de leitura.

"[...] nos educandários onde houver Biblioteca, precisa haver Clube de Leitura. Não se compreende o Clube sem a Biblioteca, como não se concebe a Biblioteca sem o Clube. Somente durante a fase de organização é que, ao lado das Bibliotecas, podem deixar de aparecer os clubes de leitura. Se a Biblioteca representa a parte material, o Clube de Leitura é, por assim dizer, a parte espiritual da Associação. Separando a Biblioteca do Clube de Leitura, teve o Departamento em mira interessar maior número de educandos nos mestres escolares sociais, ao mesmo tempo que dividiu o trabalho para a sua melhor realização. Está reservada ao Clube de Leitura alta finalidade educativa".

A escrituração da biblioteca é constante nos relatórios escolares como ilustra a (FIG. 02) a seguir. (Ver anexo). Os relatórios das associações escolares revelam uma dinâmica da biblioteca escolar e aponta o cultivo do espírito nacional como uma missão da biblioteca escolar, como mostra o seguinte trecho:

"A nossa biblioteca está bem arrumada, pois, fazemos a aquisição de livros aos sábados e a entregação (empréstimo) nas quartas-feiras (sic) [...] cuidamos para não rasgar as capas dos livros. Tudo pela Pátria".(Relatório das Associações. Escola Mista Estadual de Papanduva, município distrito de Campo Alegre, 1950)

As atas referentes à biblioteca e aos clubes de leitura exprimem ainda uma complementaridade entre as associações. Ver ilustração (FIG. 03). ver anexo. A Reforma Elpidio Barbosa no que se refere a biblioteca escolar indica que resultou em frutos positivos. Um exame da fonte de referência, o Guia das Bibliotecas Brasileiras, 3ª edição, de 1955 e a edição posterior mostram, de certo modo, a efetividade do Decreto nº 3.735, quando indicam que, na década de 50, haviam

sido implantadas 748 bibliotecas escolares em escolas primárias e 23 bibliotecas em escolas secundárias. O crescimento das bibliotecas escolares é significativo já desde 1935, segundo Machado (2002), em 1948, as unidades escolares registram um crescimento de 144% e no que se refere à biblioteca escolar, o crescimento foi de 602%. Assinala, ainda, de acordo com o Guia que esse quadro era uma consequência das ações do Departamento de Educação, que “[...] cobrava exaustivamente a instalação destas bibliotecas, através das Circulares emitidas aos diretores das escolas” (p. 103). Além disso, o Departamento, em 1944, colocou diversos pontos de discussões nas reuniões pedagógicas mensais, nas quais estavam presentes “inspetores escolares, auxiliares de inspeção, diretores e professores de grupos escolares, substitutos de escolas isoladas, estaduais e municipais”

MACHADO, 2002, p. 103-104).  
Figura 04. Ver anexo.

Do quadro se pode depreender que a biblioteca escolar em Santa Catarina, na década de 40, passa a contar com amparo legal, resultando em uma representatividade sociopolítica e, conseqüentemente, num aumento de seu número nas décadas posteriores. No entanto, se a década de 50 pode ser considerada o ápice da instalação de bibliotecas escolares em Santa Catarina, a partir da década de 60, mais precisamente, na década de 70, como se pode constatar através do Guia das Bibliotecas Brasileiras (IBGE, 1979), esta unidade escolar de informação e conhecimento dá lugar a biblioteca pública. Assim esse tipo de biblioteca, o seu público e, por que não dizer seu acervo, passa a ter abrigo nas bibliotecas públicas. Esse cenário tem indícios nos dados catalogados, isto é, naquela década registrou-se 550 bibliotecas existentes em 197 municípios. Em outras palavras, ocorreu uma diminuição de bibliotecas nas escolas da Rede de Ensino Público em Santa Catarina.

3 A BIBLIOTECA ESCOLAR NO MANIFESTO DA IFLA/UNESCO

Após a Segunda Guerra Mundial, alguns organismos e instituições discutiam formas que pudessem contribuir na configuração de uma sociedade de desenvolvimento e paz. Dentre eles, destaca-se a UNESCO. Calçados na experiência dos manifestos da biblioteca pública, a UNESCO e a Federação Internacional de Associação de Bibliotecários (IFLA), após 50 anos lançaram o Manifesto da Biblioteca Escolar em 1999, cujo objetivo é difundir o papel da biblioteca escolar. O documento objetiva destacar, além de seu valor, a necessidade de incluir a biblioteca escolar no sistema educativo de cada país com a missão de promover a aprendizagem, possibilitando aos membros da comunidade escolar a formação de indivíduos críticos e efetivos usuários da informação. Leia-se trechos deste documento:

A Biblioteca Escolar no Ensino-Aprendizagem para todos Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO

"A biblioteca escolar proporciona informação e idéias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis.

Missão da Biblioteca Escolar.

A biblioteca escolar disponibiliza serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação.

As bibliotecas escolares articulam-se com as redes de informação e de bibliotecas de acordo com os princípios do Manifesto da Biblioteca Pública da UNESCO.

O pessoal da biblioteca apoia a utilização de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção a documentários, impressas ou eletrônicas, presenciais ou remotas. Os materiais complementam e enriquecem os manuais escolares, materiais e metodologias de ensino. Está comprovado que quando os bibliotecários e os professores trabalham em conjunto, os estudantes alcançam níveis mais elevados de literacia, leitura, aprendizagem, resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias de informação e comunicação. As bibliotecas escolares devem disponibilizar os seus serviços de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social. Aos utilizadores que, por qualquer razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns na biblioteca, devem ser disponibilizados serviços e materiais específicos. O acesso aos serviços e coleções deve orientar-se pela Declaração Universal dos Direitos e Liberdades do Homem das Nações Unidas e não deverá ser sujeito a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa ou a pressões comerciais".(UNESCO/IFLA, 1999)

#### FINALIZANDO

Os documentos analisados e confrontados com o Manifesto em favor da Biblioteca Escolar, aponta que biblioteca escolar preconizada na década de 40, de certo modo, se antecipou a orientação às práticas recomendadas à atual biblioteca escolar. O Manifesto UNESCO/IFLA articula uma ação de mão dupla, entre a biblioteca e comunidade escolar. Na década de 40, Lourenço Filho, citado por Machado (2002, p.15), já advogava que a biblioteca e o ensino:

" são instrumentos complementares [...] não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura será, por seu lado, instrumento vago e incerto".(Machado,2002).

Os diferentes manifestos da UNESCO em torno desse tema estimulam, a partir da década de 70, uma cumplicidade entre biblioteca escolar e biblioteca pública, sem prejuízos para a identidade institucional. Neste raciocínio a biblioteca escolar, biblioteca pública, ou melhor, toda biblioteca constitui espaço promotor da justiça no sentido de possibilitar o que Marilena Chauí advoga ao se reportar ao papel da instituição, em um discurso para prefeitos no estado de São Paulo:

"Como oficina e laboratório, a biblioteca é nossa possibilidade para vencer a estupidez, a ignorância e a letargia das verdades estabelecidas. [...] A democracia nasce na Grécia clássica quando desaparece a palavra do mestre da verdade, do adivinho e do rei da justiça para prevalecer a palavra compartilhada, nascida na assembléia dos guerreiros. Remete o leitor aos tempos da Grécia Antiga, no qual havia as assembléias dos guerreiros".(Chauí, 1989)

Marilena Chauí argumenta dois conceitos inerentes à democracia: a chamada isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e a isegoria (o igual direito de cada cidadão, e de cada um, de emitir sua opinião). A autora alerta, porém, para o fato de que numa sociedade de grande escala, como hoje vivemos, a informação escrita é essencial e nela "[...] o cidadão só pode participar da atividade social e política se puder obter as informações que o capacitem à participação"(Chauí,1989). Neste sentido, toda biblioteca é portadora do conceito de justiça e, nesta esteira, de êxito escolar.

Por tudo isso, assume-se que a representação do conceito de justiça pode ser creditada à biblioteca escolar inscrita tanto nos manifestos da UNESCO sobre biblioteca pública, quanto no manifesto da biblioteca escolar da década de 90 do século XX, aqui analisados. Destaca-se, no entanto, que professor, bibliotecário, ou, melhor dizendo, que a comunidade escolar precisa ler e/ou (re)ler a biblioteca escolar como um dos equipamentos escolares facilitadores do êxito escolar. O estudo de leis, decretos, insistimos, aponta para a construção de uma sociedade mais justa a partir das Reformas do Ensino em Santa Catarina; apesar disso, percebe-se uma distância histórica entre o prescrito e o realizado. John Rawls propõe aprimorar a distribuição de bens em sociedades ordenadas por uma Constituição, na qual se reconhece:

"O ideal de justiça democrática como ordenador das instituições que formam a estrutura básica de uma sociedade; a liberdade de acesso aos bens sociais primários, igual para todos os cidadãos; a liberdade eqüitativa de acesso às distinções econômicas e sociais que resultem do esforço de cooperação dos sujeitos, representados na estrutura básica da sociedade". (FELIPE, 2006.p. 5-6).

A crescente complexidade em todos os ramos do conhecimento, requer indivíduos que sejam preparados desde cedo a não apenas a localizar e interpretar informações corretamente, mas que também saibam separar julgamentos, fatos e experiências verdadeiras de falácias e incorreções históricas ou científicas, que tendem a aumentar descontroladamente com a explosão informacional. O relacionamento prematuro do estudante com a biblioteca tornará isso possível, ao permitir que o aluno desenvolva um contato prévio com as fontes de informação, analisando a credibilidade, a pertinência e a qualidade das mesmas. Desta forma, pode se concluir que na sociedade da informação, ou na dita nova economia, a informação é um bem primário para a produção do conhecimento, pois, inclusive a partir e até com a colaboração da escola e da biblioteca escolar, possibilita gerar uma sociedade mais justa.

#### BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Guia das bibliotecas brasileiras: registradas até 31 de dezembro de 1952. 3.ed. Rio de Janeiro: [Imprensa Nacional], 1955.
- BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Guia das bibliotecas brasileiras. Rio de Janeiro: IBGE; INL, 1979.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Organização ensino primário e normal. XVI Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina, 1942. (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Boletim, 21).
- CATANI, Denice Barbara & CARPENTIER, Claude. Justiça, Êxito e Fracasso na Escola: o impacto sobre os processos de socialização e de construção das identidades profissionais dos professores (Brasil-França, 1950-2005. São Paulo, 2005; mimeo).
- CHARTIER, R. O mundo como representação. R. Estudos Avançados, v. 11, n. 5, jan.o/abr., 1991.
- CHARTIER, R. História cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUÍ, M. Encontro nacional com prefeitos municipais sobre biblioteca pública, biblioteca escolar e leitura. Brasília, março de 1989. (mimeo)
- EGGERT-STEINDEL, G.; OLIVEIRA, S; SHIMIGELOW, K. Bibliotecas públicas municipais catarinenses. Revista ACB, Florianópolis, v. 7, n.12, p. 34-50, 2002.
- FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. V. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. R. Brasileira de Educação, n. 14, maio/jun.jul., 2000.

FELIPE, S. T. Por uma Questão de Justiça Ambiental. *Éthic@*, Florianópolis, v.5, n.3, p. 5-31, Jul 2006.

MACHADO, A. A implantação de bibliotecas escolares na rede de ensino de Santa Catarina (décadas de 30 e 40). 2002. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 2002.

NEDEL, J. A teoria ético-política de John Rawls: uma tentativa de integração de liberdade e igualdade. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 2000. 199 p.

NEVES, I.C.B. Pesquisa escola nas séries iniciais do ensino fundamental em Porto Alegre,RS.: bases para um desempenho interativo entre sala de aula e biblioteca escolar. *R. Bibliotecon. & Comum.*, v.8, p.91-116, 2000.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto N. 3.735, de 17 de dezembro de 1946. Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, p. 3-153, 1946.

SILVA, Waldeck Carneiro da. Miséria da biblioteca escolar. São Paulo: Cortez, 1995. 118p. (Coleção Questões da nossa época, v.45)

SOUZA, R.F. de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

UNESCO. MANIFESTO DA IFLA/UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. IFLA/UNESCO, 1999. Disponível em: <  
<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>.

Acesso em: 17 mar 2008.

FONTES DOCUMENTAIS

SANTA CATARINA (Estado). Decreto N. 3.735, de 17 de dezembro de 1946. Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, p. 3-153, 1946.

SANTA CATARINA. Secretaria da Educação e Cultura. Biblioteca pública. Florianópolis, 1962.

SANTA CATARINA. Biblioteca pública do estado de Santa Catarina – Relatório. 1976.

GISELA EGGERT-STEINDEL<sup>1</sup>

CAIO FARIA FONSECA<sup>2</sup>

## 1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Este trabalho se inscreve nos estudos acerca da formação de professores do ensino primário em Santa Catarina, ancorado no projeto de pesquisa JUSTIÇA, ÊXITO E FRACASSO NA ESCOLA: O impacto sobre os processos de socialização e de construção das identidades profissionais dos professores catarinenses (1950-2005). Tal projeto buscou identificar “a presença e recorrência do conceito de justiça, que pode estar registrado de diferentes formas (superação do fracasso, justiça escolar, escola mais justa, busca de menor desigualdade social [...]) em documentos que organizam e conformam (no sentido de atribuir forma) a educação básica e os cursos destinados à formação de profissionais para nela atuar” (CATANI & CARPENTIER, 2005).

Teve por foco a biblioteca escolar como equipamento de informação, saber e conhecimento, com recorte temporal compreendido entre os anos de 50 e 90 do século XX. A Biblioteca Escolar é lida nessas décadas na clave do Ensino Primário em Santa Catarina e nos 50 e no Manifesto da IFLA/UNESCO dos anos 90 acerca da Biblioteca Escolar. Constituiu de uma pesquisa documental e bibliográfica. Calcado no pressuposto de que toda biblioteca constituiu um espaço de sociabilidades, além de um ambiente de incentivo ao auto-didatismo, que estimula o estudante a obter conhecimento por conta própria, pergunta-se: qual seria a relação da biblioteca escolar, como espaço social, na construção da justiça, do êxito ou do fracasso na escola? O fio condutor da investigação foi conhecer tal espaço como instituição educativa na parte que lhe compete de criar formas de socialização, particularmente no que diz respeito à consolidação do ideário da justiça, presente tanto no discurso oficial quanto nas práticas da biblioteca como possibilidade de informação e saber.

Buscou-se, assim, refletir como a questão da justiça aparece ou poderia estar representada nos processos de socialização da biblioteca escolar, especificamente nas questões de êxito e fracasso da escola. Para tanto, analisou-se o modo como a biblioteca escolar foi incluída nos projetos de democratização da escola; analisaram-se representações de justiça creditadas à biblioteca escolar, esteio dos projetos de democratização do acesso ao sistema de ensino; finalmente, intentou-se uma reflexão acerca da problemática do conceito de justiça escolar e social como questão inerente à biblioteca escolar.

As fontes documentais utilizadas foram o Decreto nº. 3.735, de 17 de dezembro de 1946, o regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no estado de Santa Catarina, além de relatórios de associações escolares. Recorreu-se ainda a fontes institucionais, como os Manifestos Biblioteca Pública da Unesco - 1949, 1962 e 1994 -, ao Manifesto da IFLA Biblioteca Escolar, 1999.

## 2 A BIBLIOTECA NA ESCOLA EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, a primeira reforma do ensino a partir da República, foi promovida pelo governador-coronel Vidal Ramos, sob o comando do professor Orestes Guimarães, que em 1910 assumiu o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública para modernizar a educação pública catarinense.

---

<sup>1</sup> Professora. Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação. Centro de Ciências Humanas e da Educação/FAED/UDESC

<sup>2</sup>. Bolsista PROBIC/UDESC 2007/2 – 2008/1. Curso de Biblioteconomia – Gestão da Informação.

Outras reformas vieram entre as quais se destacam para este estudo a Reforma de 1935 também conhecida como Reforma Trindade e a Reforma Elpídio Barbosa em 1946.

No âmbito nacional as reformas do ensino pautadas na Escola Nova, realizadas por Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935), legitimam a biblioteca escolar no sistema de ensino. Nesta esteira, o Departamento de Educação de Santa Catarina, a partir da Reforma Trindade (1935), instituiu legalmente a biblioteca escolar na Rede Pública e a Reforma Elpídio Barbosa, em 1946, ratificou esta legalidade. A Reforma Trindade inovou ao criar o Departamento de Educação e as ditas subdiretorias, como a Subdiretoria de Bibliotecas, Museus e Radiodifusão. Com esta Reforma se estabelece em nosso estado uma nova atividade profissional na escola, que é o cargo de Professora Bibliotecária e Professora Encarregada de bibliotecas escolares. As bibliotecas propostas pela reforma deveriam inicialmente ser instaladas nos Grupos Escolares Modelo, existentes na época em Florianópolis e Lages. Pode-se inferir que a institucionalização da biblioteca escolar no Ensino Público catarinense se efetuou sob a batuta dos ventos escolanovistas, ancorada na reforma do ensino primário. (MACHADO, 2002).

Se a biblioteca pública moderna é filha da Revolução Industrial (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000), a biblioteca escolar brasileira é filha da escola primária preconizada no projeto político e social republicano. A escola primária tinha como missão [...] formar o cidadão republicano” (TEIXEIRA, citado por SOUZA, 1998, p. 13).

A biblioteca escolar, junto com outros espaços - como museus e laboratórios - se conformou em um dos elementos necessários ao desenvolvimento da pedagogia moderna. Nesta direção, Souza (1998, p. 15), afirma que “Os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação”. Os estudos de Faria Filho e Gonçalves (2000), acerca de tempos e espaços escolares na institucionalização da escola primária brasileira, reiteraram o crédito dado à educação no projeto republicano brasileiro e a partir da década de 20 do século XX sob os pressupostos da Escola Nova.

No estado de Santa Catarina também está presente este espírito nas reformas do ensino. Nelas é possível perceber a partir de diferentes fontes a organização do ensino primário e o lugar dado a biblioteca escolar nestas reformas. A biblioteca escolar integra o quadro da organização escolar e assume uma categoria de complementar, no sentido de completar o sistema escolar então em vigência.

O Departamento de Educação em 1942 assim se refere à unidade biblioteca escolar:

[As bibliotecas] serão organizadas nos grupos escolares, nas escolas normais primárias e institutos de educação, e nas escolas isoladas, tendo como objetivo a intensificação do gosto pela leitura (art. 1º. Da port. N. 4, de 13/1/1937)”. O acervo dessas bibliotecas deveria ser composto por “[...] livros sobre viagens, ciências naturais (tanto quando possível sob a forma atrativa), biografias, poesias, obras didáticas, dicionários, revistas e jornais ilustrados e outros de interesse educativo [...] (BRASIL, 1942, p. 28- 29).

Mais adiante complementa -

As bibliotecas deverão ser enriquecidas com coletâneas feitas pelos próprios alunos com recortes de jornais, reunidos pelos assuntos: poesias fáceis, poesias para classes adiantadas, artigos sobre economia política, contos infantis, charadas, notícias históricas e outros. Quando houver oportunidade, promover-se-á sessão literária e artística, com finalidade educativa, aproveitando-se, quanto possível, a colaboração de intelectuais, ou artistas que estiverem de passagem pela localidade” [...] (BRASIL, 1942, loc. cit).

Na Reforma Elpídio Barbosa, implantada, pelo Decreto nº 3.735, em 1946, a partir da orientação do Decreto Federal nº. 8.529, de 2 de janeiro do mesmo ano, a biblioteca escolar tem uma articulação direta com as demais instituições complementares, denominadas Associações Escolares como:

- a) – liga pró-língua nacional;
- b) – caixa escolar;
- c) – cooperativa escolar;
- d) – clube agrícola escolar;
- e) – pelotão de saúde
- f) – biblioteca escolar;
- g) – jornal escolar;
- h) – clube de leitura;
- i) – liga da bondade;
- j) – círculo de pais e professores, etc.; [...]

O Artigo 578 do Decreto nº. 3.735 propõe um tripé Biblioteca, Liga Pró-Língua Nacional e o Clube de Leitura, como se lê a seguir:

Os trabalhos desses Clubes deverão ser executados em perfeita harmonia com os da biblioteca [...] 4) – Os regentes das escolas que possuam Biblioteca devem esforçar-se no sentido da criação de seu Clube de Leitura, porque os livros da Biblioteca não se destinam a simples enfeite da escola. 5) – O mesmo patrono da Biblioteca será cultuado pelo Clube de Leitura.[...] 7 – Compete ao presidente [...] g) – auxiliar, pelo menos ao seu alcance, a aquisição de volumes para a Biblioteca; [...] Dos sócios [...] 14 – São seus deveres [...] d) – requisitar qualquer livro da Biblioteca por meio de papeletas ou fichas ao seu dispor [...] g) cooperar com recortes na feitura dos novos volumes da Biblioteca e da Liga Pró-Língua Nacional; [...] 16) – Para atender à principal finalidade do Clube de Leitura, damos algumas sugestões que podem ser ampliadas, à medida que o seu desenvolvimento exigir [...] j) – sempre que houver oportunidade, haverá aula de leitura variada nos livros da Biblioteca, previamente escolhidos pelo professor (p. 101-103) (SANTA CATARINA, 1946, p. 64).

Os relatórios da Associação das Associações Escolares Campo Alegre, 1950 reúnem atas das bibliotecas escolares e nelas descrevem a composição das diretorias, ações e atividades realizadas pelas bibliotecas escolares partindo do pressuposto que esta unidade escolar de informação e conhecimento se constituía em um espaço de compromisso com a formação cívica, com o estudo e a sociabilidade. Ver a (FIG. 01).

FIG. 01

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Cx. 61.

Observando o Artigo 7 do Decreto nº. 3.735, este evidencia que a biblioteca escola tem presença importante articulada com outro espaço formador, os clubes de leitura.

[...] nos educandários onde houver Biblioteca, precisa haver Clube de Leitura. Não se compreende o Clube sem a Biblioteca, como não se concebe a Biblioteca sem o Clube. Somente durante a fase de organização é que, a o lado das Bibliotecas, podem deixar de aparecer os clubes de leitura. Se a Biblioteca representa a parte material, o Clube de Leitura é, por assim dizer, a parte espiritual da Associação. Separando a Biblioteca do Clube de Leitura, teve o Departamento em mira interessar maior número de educandos nos mestres escolares sociais, ao mesmo tempo que dividiu o trabalho para a sua melhor realização. Está reservada ao Clube de Leitura alta finalidade educativa.

A escrituração da biblioteca é constante nos relatórios escolares como ilustra a (FIG. 02) a seguir.



FIG. 02

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Cx. 61.

Os relatórios das associações escolares revelam uma dinâmica da biblioteca escolar e aponta o cultivo do espírito nacional como uma missão da biblioteca escolar então. “A nossa biblioteca está bem arrumada, pois, fazemos a aquisição de livros aos sábados e a entregação (empréstimo) nas quartas-feiras (sic) [...] cuidamos para não rasgar as capas dos livros. Tudo pela Pátria. [...]”<sup>3</sup> As atas referentes à biblioteca e aos clubes de leitura exprimem ainda uma complementaridade entre as associações.

A Reforma Elpídio Barbosa no que se refere a biblioteca escolar indica que resultou em frutos positivos. Um exame a fonte de referência, o *Guia das Bibliotecas Brasileiras*, 3.edição, de 1955, e a edição posterior mostram, de certo modo a efetividade do Decreto nº. 3.735, quando indicam que na década de 50 haviam sido implantadas 748 bibliotecas escolares em escolas primárias e 23 bibliotecas em escolas secundárias. O crescimento das bibliotecas escolares é significativo já desde 1935, segundo Machado (2002); em 1948, as unidades escolares registram um crescimento de 144%; no que se refere à biblioteca escolar, o crescimento foi de 602%. Assinala ainda o Guia que esse quadro era uma consequência das ações do Departamento de Educação, que “[...] cobrava exaustivamente a instalação destas bibliotecas, através das Circulares emitidas aos diretores das escolas” (p. 103). Além disto, o Departamento, em 1944, colocou diversos pontos de pauta nas reuniões pedagógicas mensais, nas quais estavam presentes “inspetores escolares, auxiliares de inspeção, diretores e

<sup>3</sup> Relatório das Associações. Escola Mista Estadual de Papanduva, município distrito Campo Alegre. 1950.

professores de grupos escolares, substitutos de escolas isoladas, estaduais e municipais” (MACHADO, 2002, p. 103-104).

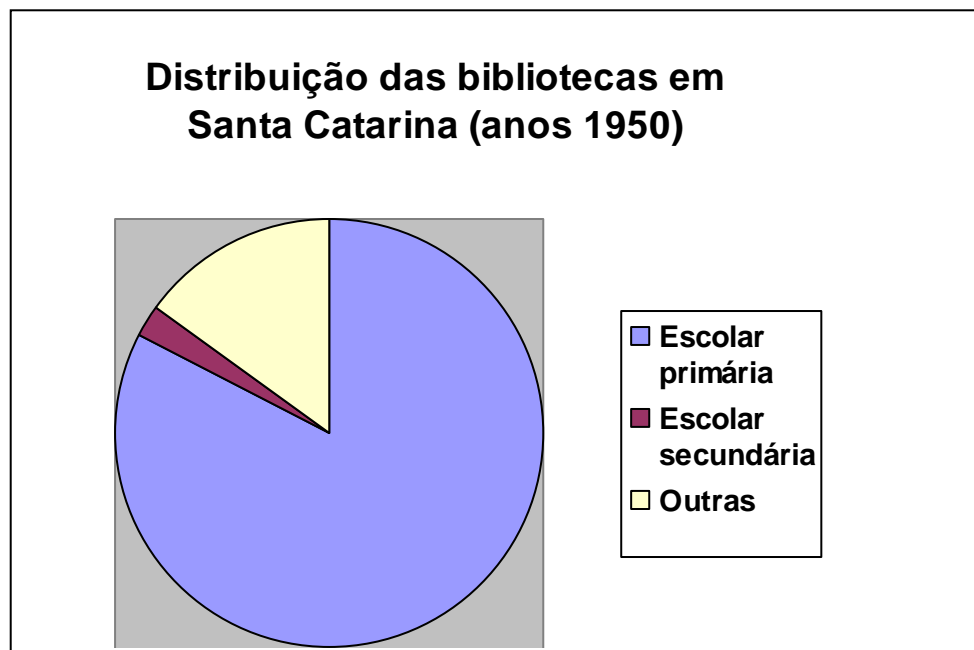


Figura 04

Fonte: Guia das Bibliotecas Brasileiras, 1955.

Do quadro se pode deprender que a biblioteca escolar em Santa Catarina, na década de 40, passa a contar com amparo legal, resultando em uma representatividade sociopolítica e, conseqüentemente, num aumento de seu número nas décadas posteriores. No entanto se a década de 50 do século XX, pode ser considerada o ápice da instalação de bibliotecas escolares em Santa Catarina, a partir da década de 60, mais precisamente na década de 70, como se pode constar no Guia das Bibliotecas Brasileiras, editado pelo IBGE em 1979 esta unidade escolar de informação e conhecimento dá lugar a biblioteca pública. Assim esse tipo de biblioteca, o seu público e por que não dizer seu acervo passa a ter abrigo nas bibliotecas públicas. Este cenário tem indícios nos dados catalogados, isto é naquela década registrou-se 550 bibliotecas existentes em 197 municípios. Em outras palavras, ocorreu uma diminuição de bibliotecas nas escolas da Rede de Ensino Público em Santa Catarina.

### 3 A BIBLIOTECA ESCOLAR NO MANIFESTO DA IFLA/UNESCO

Após a Segunda Guerra Mundial, alguns organismos e instituições discutiam formas que pudessem contribuir na configuração de uma sociedade de desenvolvimento e paz. Dentre eles, destaca-se a UNESCO.

Calcados na experiência dos manifestos da biblioteca pública, a UNESCO e a Federação Internacional de Associação de Bibliotecários (IFLA), após 50 anos lançaram o Manifesto da Biblioteca Escolar em 1999, o qual tem por objetivo difundir o papel da biblioteca escolar. O documento objetiva destacar, além de seu valor, a necessidade de incluí-la no sistema educativo de cada país com a missão de promover a aprendizagem, possibilitando aos membros da comunidade escolar se tornarem indivíduos críticos e efetivos usuários da informação. Leia-se trechos deste documento.

A Biblioteca Escolar no Ensino-Aprendizagem para todos  
 Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO

**A biblioteca escolar proporciona informação e idéias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, ermitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis.**

Missão da Biblioteca Escolar.

A biblioteca escolar disponibiliza serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. As bibliotecas escolares articulam-se com as redes de informação e de bibliotecas de acordo com os princípios do Manifesto da Biblioteca Pública da UNESCO.

O pessoal da biblioteca apoia a utilização de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção a documentários, impressas ou eletrônicas, presenciais ou remotas. Os materiais complementam e enriquecem os manuais escolares, materiais e metodologias de ensino.

Está comprovado que quando os bibliotecários e os professores trabalham em conjunto, os estudantes alcançam níveis mais elevados de literacia, leitura, aprendizagem, resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias de informação e comunicação.

As bibliotecas escolares devem disponibilizar os seus serviços de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social. Aos utilizadores que, por qualquer razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns na biblioteca, devem ser disponibilizados serviços e materiais específicos.

O acesso aos serviços e coleções deve orientar-se pela Declaração Universal dos Direitos e Liberdades do Homem das Nações Unidas e não deverá ser sujeito a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa ou a pressões comerciais”. [...] (UNESCO/IFLA, 1999)

## FINALIZANDO

Os documentos analisados e confrontados com o Manifesto em favor da Biblioteca Escolar, aponta que biblioteca escolar preconizada na década de 40 do século XX, de certo modo se antecipou a orientação às práticas recomendadas à atual biblioteca escolar.

O Manifesto UNESCO/IFLA articula uma ação de mão dupla, entre a biblioteca e comunidade escolar. Na década de 40, Lourenço Filho, citado por Machado (2002, p.15), já advogava que a biblioteca e o ensino ‘[...] são instrumentos complementares [...] não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura será, por seu lado, instrumento vago e incerto’. Os diferentes manifestos da UNESCO em torno desse tema estimulam, a partir da década de 70, uma cumplicidade entre biblioteca escolar e biblioteca pública, sem prejuízos para a identidade institucional.

Neste raciocínio, biblioteca escolar, biblioteca pública, ou melhor, toda biblioteca constitui espaço promotor da justiça no sentido de possibilitar o que Chauí (1989, fl.01) advoga ao se reportar ao papel dessa instituição em um discurso para prefeitos no estado de São Paulo:

Como oficina e laboratório, a biblioteca é nossa possibilidade para vencer a estupidez, a ignorância e a letargia das verdades estabelecidas. [...] A democracia nasce na

Grécia clássica quando desaparece a palavra do mestre da verdade, do adivinho e do rei da justiça para prevalecer a palavra compartilhada, nascida na assembléia dos guerreiros. Remete o leitor aos tempos da Grécia Antiga, no qual havia as assembléias dos guerreiros.

Marilena Chauí argumenta dois conceitos inerentes à democracia: a chamada isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e a isegoria (o igual direito de cada cidadão, e de cada um, de emitir sua opinião). A autora alerta, porém, para o fato de que numa sociedade de grande escala, como hoje vivemos, a informação escrita é essencial e nela “[...] o cidadão só pode participar da atividade social e política se puder obter as informações que o capacitem à participação”. Neste sentido, toda biblioteca é portadora do conceito de justiça e, nesta esteira, de êxito escolar.

Por tudo isso, assume-se que a representação do conceito de justiça pode ser creditada à biblioteca escolar inscrita tanto nos manifestos da UNESCO sobre biblioteca pública, quanto no manifesto da biblioteca escolar da década de 90 do século XX, aqui analisados. Destaca-se, no entanto, que professor, bibliotecário, ou, melhor dizendo, que a comunidade escolar precisa ler e/ou (re)ler a biblioteca escolar como um dos equipamentos escolares facilitadores do êxito escolar.

O estudo de leis, decretos, insistimos, aponta para a construção de uma sociedade mais justa a partir das Reformas do Ensino em Santa Catarina; apesar disso, percebe-se uma distância histórica entre o prescrito e o realizado.

John Rawls propõe aprimorar a distribuição de bens em sociedades ordenadas por uma Constituição, na qual se reconhece:

O ideal de justiça democrática como ordenador das instituições que formam a estrutura básica de uma sociedade; a liberdade de acesso aos bens sociais primários, igual para todos os cidadãos; a liberdade equitativa de acesso às distinções econômicas e sociais que resultem do esforço de cooperação dos sujeitos, representados na estrutura básica da sociedade (FELIPE, 2006.p. 5-6).

A crescente complexidade em todos os ramos do conhecimento, requer indivíduos que sejam preparados desde cedo a não apenas a localizar e interpretar informações corretamente, mas que também saibam separar julgamentos, fatos e experiências verdadeiras de falácias e incorreções históricas ou científicas, que tendem a aumentar descontroladamente com a explosão informacional.

O relacionamento prematuro do estudante com a biblioteca tornará isso possível, ao permitir que o aluno desenvolva um contato prévio com as fontes de informação, analisando a credibilidade, a pertinência e a qualidade das mesmas.

Desta forma, pode se concluir que na sociedade da informação, ou na dita nova economia, a informação é um bem primário para a produção do conhecimento, pois, inclusive a partir e até com a colaboração da escola e da biblioteca escolar, possibilita gerar uma sociedade mais justa.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Guia das bibliotecas brasileiras**: registradas até 31 de dezembro de 1952. 3.ed. Rio de Janeiro:[Imprensa Nacional], 1955.
- BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. **Guia das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro:IBGE; INL, 1979.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Organização ensino primário e normal**. XVI estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina, 1942. (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Boletim, 21).

- CATANI, Denice Barbara & CARPENTIER, Claude. **Justiça, Êxito e Fracasso na Escola: o impacto sobre os processos de socialização e de construção das identidades profissionais dos professores** (Brasil-França, 1950-2005. São Paulo, 2005; mimeo).
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **R. Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, jan.o/abr., 1991.
- CHARTIER, R. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUÍ, M. **Encontro nacional com prefeitos municipais sobre biblioteca pública, biblioteca escolar e leitura. Brasília, março de 1989**. (mimeo).(7 fl.)
- EGGERT-STEINDEL, G.; OLIVEIRA, S; SHIMIGELOW, K. Bibliotecas públicas municipais catarinenses. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 7, n.12, p. 34-50, 2002.
- FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. V. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **R. Brasileira de Educação**, n. 14, maio/jun.jul., 2000.
- FELIPE, S. T. Por uma Questão de Justiça Ambiental. **Éthic@**, Florianópolis, v.5, n.3, p. 5-31, Jul 2006.
- MACHADO, A. **A implantação de bibliotecas escolares na rede de ensino de Santa Catarina (décadas de 30 e 40)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 2002.
- NEDEL, J. **A teoria ético-política de John Rawls: uma tentativa de integração de liberdade e igualdade**. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 2000. 199 p.
- NEVES, I.C.B. Pesquisa escola nas séries iniciais do ensino fundamental em Porto Alegre, RS.: bases para um desempenho interativo entre sala de aula e biblioteca escolar. **R. Bibliotecon. & Comum.**, v.8, p.91-116, 2000.
- SANTA CATARINA (Estado). **Decreto N. 3.735, de 17 de dezembro de 1946**. Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, p. 3-153, 1946.
- SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995. 118p. (Coleção Questões da nossa época, v.45)
- SOUZA, R.F. de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- UNESCO. MANIFESTO DA IFLA/UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. IFLA/UNESCO, 1999. Disponível em: < <http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 17 mar 2008.

#### **FONTES DOCUMENTAIS**

- SANTA CATARINA (Estado). **Decreto N. 3.735, de 17 de dezembro de 1946**. Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, p. 3-153, 1946.
- SANTA CATARINA. Secretaria da Educação e Cultura. **Biblioteca pública**. Florianópolis, 1962.
- SANTA CATARINA. Biblioteca pública do estado de Santa Catarina – **Relatório. 1976**.

GISELA EGGERT-STEINDEL<sup>1</sup>

CAIO FARIA FONSECA<sup>2</sup>

## 1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Este trabalho se inscreve nos estudos acerca da formação de professores do ensino primário em Santa Catarina, ancorado no projeto de pesquisa JUSTIÇA, ÊXITO E FRACASSO NA ESCOLA: O impacto sobre os processos de socialização e de construção das identidades profissionais dos professores catarinenses (1950-2005). Tal projeto buscou identificar “a presença e recorrência do conceito de justiça, que pode estar registrado de diferentes formas (superação do fracasso, justiça escolar, escola mais justa, busca de menor desigualdade social [...]) em documentos que organizam e conformam (no sentido de atribuir forma) a educação básica e os cursos destinados à formação de profissionais para nela atuar” (CATANI & CARPENTIER, 2005).

Teve por foco a biblioteca escolar como equipamento de informação, saber e conhecimento, com recorte temporal compreendido entre os anos de 50 e 90 do século XX. A Biblioteca Escolar é lida nessas décadas na clave do Ensino Primário em Santa Catarina e nos 50 e no Manifesto da IFLA/UNESCO dos anos 90 acerca da Biblioteca Escolar. Constituiu de uma pesquisa documental e bibliográfica. Calcado no pressuposto de que toda biblioteca constituiu um espaço de sociabilidades, além de um ambiente de incentivo ao auto-didatismo, que estimula o estudante a obter conhecimento por conta própria, pergunta-se: qual seria a relação da biblioteca escolar, como espaço social, na construção da justiça, do êxito ou do fracasso na escola? O fio condutor da investigação foi conhecer tal espaço como instituição educativa na parte que lhe compete de criar formas de socialização, particularmente no que diz respeito à consolidação do ideário da justiça, presente tanto no discurso oficial quanto nas práticas da biblioteca como possibilidade de informação e saber.

Buscou-se, assim, refletir como a questão da justiça aparece ou poderia estar representada nos processos de socialização da biblioteca escolar, especificamente nas questões de êxito e fracasso da escola. Para tanto, analisou-se o modo como a biblioteca escolar foi incluída nos projetos de democratização da escola; analisaram-se representações

---

<sup>1</sup> Professora. Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação. Centro de Ciências Humanas e da Educação/FAED/UDESC

<sup>2</sup> Bolsista PROBIC/UDESC 2007/2 – 2008/1. Curso de Biblioteconomia – Gestão da Informação.

de justiça creditadas à biblioteca escolar, esteio dos projetos de democratização do acesso ao sistema de ensino; finalmente, intentou-se uma reflexão acerca da problemática do conceito de justiça escolar e social como questão inerente à biblioteca escolar.

As fontes documentais utilizadas foram o Decreto nº. 3.735, de 17 de dezembro de 1946, o regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no estado de Santa Catarina, além de relatórios de associações escolares. Recorreu-se ainda a fontes institucionais, como os Manifestos Biblioteca Pública da Unesco - 1949, 1962 e 1994 -, ao Manifesto da IFLA Biblioteca Escolar, 1999.

## **2 A BIBLIOTECA NA ESCOLA EM SANTA CATARINA**

Em Santa Catarina, a primeira reforma do ensino a partir da República, foi promovida pelo governador-coronel Vidal Ramos, sob o comando do professor Orestes Guimarães, que em 1910 assumiu o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública para modernizar a educação pública catarinense.

Outras reformas vieram entre as quais se destacam para este estudo a Reforma de 1935 também conhecida como Reforma Trindade e a Reforma Elpídio Barbosa em 1946.

No âmbito nacional as reformas do ensino pautadas na Escola Nova, realizadas por Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935), legitimam a biblioteca escolar no sistema de ensino. Nesta esteira, o Departamento de Educação de Santa Catarina, a partir da Reforma Trindade (1935), instituiu legalmente a biblioteca escolar na Rede Pública e a Reforma Elpídio Barbosa, em 1946, ratificou esta legalidade. A Reforma Trindade inovou ao criar o Departamento de Educação e as ditas subdiretorias, como a Subdiretoria de Bibliotecas, Museus e Radiodifusão. Com esta Reforma se estabelece em nosso estado uma nova atividade profissional na escola, que é o cargo de Professora Bibliotecária e Professora Encarregada de bibliotecas escolares. As bibliotecas propostas pela reforma deveriam inicialmente ser instaladas nos Grupos Escolares Modelo, existentes na época em Florianópolis e Lages. Pode-se inferir que a institucionalização da biblioteca escolar no Ensino Público catarinense se efetuou sob a batuta dos ventos escolanovistas, ancorada na reforma do ensino primário. (MACHADO, 2002).

Se a biblioteca pública moderna é filha da Revolução Industrial (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000), a biblioteca escolar brasileira é filha da escola primária preconizada no projeto político e social republicano. A escola primária tinha como missão [...] formar o cidadão republicano” (TEIXEIRA, citado por SOUZA, 1998, p. 13).

A biblioteca escolar, junto com outros espaços - como museus e laboratórios - se

conformou em um dos elementos necessários ao desenvolvimento da pedagogia moderna. Nesta direção, Souza (1998, p. 15), afirma que “Os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação”. Os estudos de Faria Filho e Gonçalves (2000), acerca de tempos e espaços escolares na institucionalização da escola primária brasileira, reiteraram o crédito dado à educação no projeto republicano brasileiro e a partir da década de 20 do século XX sob os pressupostos da Escola Nova.

No estado de Santa Catarina também está presente este espírito nas reformas do ensino. Nelas é possível perceber a partir de diferentes fontes a organização do ensino primário e o lugar dado a biblioteca escolar nestas reformas. A biblioteca escolar integra o quadro da organização escolar e assume uma categoria de complementar, no sentido de completar o sistema escolar então em vigência.

O Departamento de Educação em 1942 assim se refere à unidade biblioteca escolar:

[As bibliotecas] serão organizadas nos grupos escolares, nas escolas normais primárias e institutos de educação, e nas escolas isoladas, tendo como objetivo a intensificação do gosto pela leitura (art. 1º. Da port. N. 4, de 13/1/1937)”. O acervo dessas bibliotecas deveria ser composto por “[...] livros sobre viagens, ciências naturais (tanto quando possível sob a forma atrativa), biografias, poesias, obras didáticas, dicionários, revistas e jornais ilustrados e outros de interesse educativo [...] (BRASIL, 1942, p. 28- 29).

Mais adiante complementa -

As bibliotecas deverão ser enriquecidas com coletâneas feitas pelos próprios alunos com recortes de jornais, reunidos pelos assuntos: poesias fáceis, poesias para classes adiantadas, artigos sobre economia política, contos infantis, charadas, notícias históricas e outros. Quando houver oportunidade, promover-se-á sessão literária e artística, com finalidade educativa, aproveitando-se, quanto possível, a colaboração de intelectuais, ou artistas que estiverem de passagem pela localidade” [...] (BRASIL, 1942, loc. cit).

Na Reforma Elpídio Barbosa, implantada, pelo Decreto nº 3.735, em 1946, a partir da orientação do Decreto Federal nº. 8.529, de 2 de janeiro do mesmo ano, a biblioteca escolar tem uma articulação direta com as demais instituições complementares, denominadas Associações Escolares como:

- a) – liga pró-língua nacional;
- b) – caixa escolar;
- c) – cooperativa escolar;
- d) – clube agrícola escolar;
- e) – pelotão de saúde
- f) – biblioteca escolar;
- g) – jornal escolar;
- h) – clube de leitura;
- i) – liga da bondade;
- j) – círculo de pais e professores, etc.; [...]

O Artigo 578 do Decreto nº. 3.735 propõe um tripé Biblioteca, Liga Pró-Língua Nacional e o Clube de Leitura, como se lê a seguir:

Os trabalhos desses Clubes deverão ser executados em perfeita harmonia com os da biblioteca [...] 4) – Os regentes das escolas que possuam Biblioteca devem esforçar-se no sentido da criação de seu Clube de Leitura, porque os livros da Biblioteca não se destinam a simples enfeite da escola. 5) – O mesmo patrono da Biblioteca será cultuado pelo Clube de Leitura.[...] 7 – Compete ao presidente [...] g) – auxiliar, pelo menos ao seu alcance, a aquisição de volumes para a Biblioteca; [...] Dos sócios [...] 14 – São seus deveres [...] d) – requisitar qualquer livro da Biblioteca por meio de papeletas ou fichas ao seu dispor [...] g) cooperar com recortes na feitura dos novos volumes da Biblioteca e da Liga Pró-Língua Nacional; [...] 16) – Para atender à principal finalidade do Clube de Leitura, damos algumas sugestões que podem ser ampliadas, à medida que o seu desenvolvimento exigir [...] j) – sempre que houver oportunidade, haverá aula de leitura variada nos livros da Biblioteca, previamente escolhidos pelo professor (p. 101-103) (SANTA CATARINA, 1946, p. 64).

Os relatórios da Associação das Associações Escolares Campo Alegre, 1950 reúnem atas das bibliotecas escolares e nelas descrevem a composição das diretorias, ações e atividades realizadas pelas bibliotecas escolares partindo do pressuposto que esta unidade escolar de informação e conhecimento se constituía em um espaço de compromisso com a formação cívica, com o estudo e a sociabilidade. Ver a (FIG. 01).

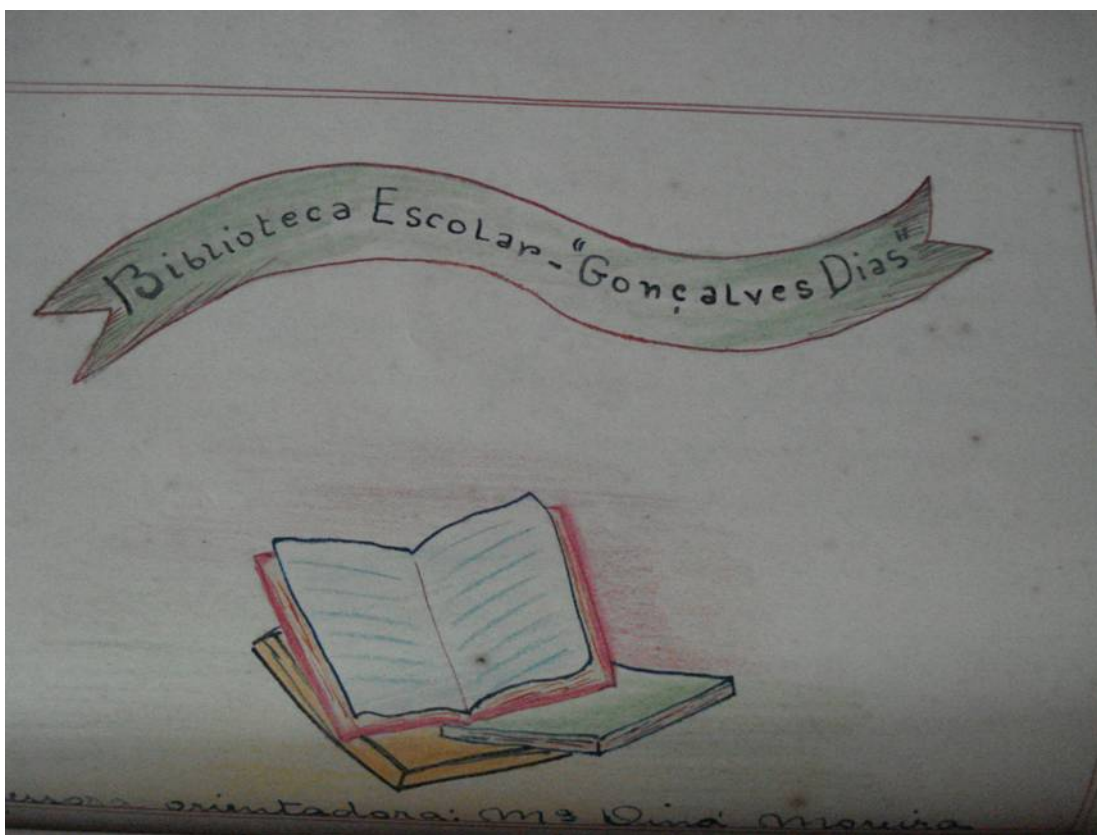


FIG. 01

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Cx. 61.

Observando o Artigo 7 do Decreto nº. 3.735, este evidencia que a biblioteca escola tem presença importante articulada com outro espaço formador, os clubes de leitura.

[...] nos educandários onde houver Biblioteca, precisa haver Clube de Leitura. Não se compreende o Clube sem a Biblioteca, como não se concebe a Biblioteca sem o Clube. Somente durante a fase de organização é que, a o lado das Bibliotecas, podem deixar de aparecer os clubes de leitura. Se a Biblioteca representa a parte material, o Clube de Leitura é, por assim dizer, a parte espiritual da Associação. Separando a Biblioteca do Clube de Leitura, teve o Departamento em mira interessar maior número de educandos nos mestres escolares sociais, ao mesmo tempo que dividiu o trabalho para a sua melhor realização. Está reservada ao Clube de Leitura alta finalidade educativa.

A escrituração da biblioteca é constante nos relatórios escolares como ilustra a (FIG. 02) a seguir.

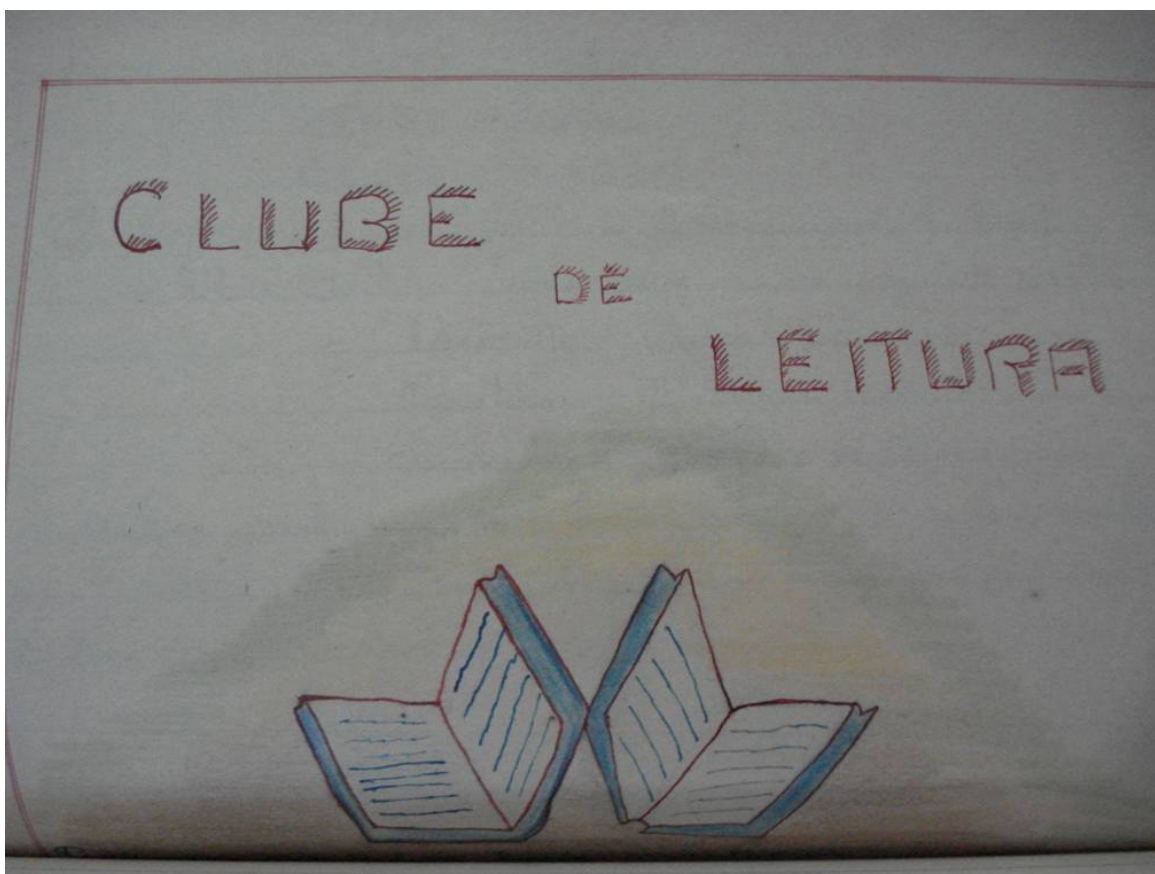


FIG. 02

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Cx. 61.

Os relatórios das associações escolares revelam uma dinâmica da biblioteca escolar e aponta o cultivo do espírito nacional como uma missão da biblioteca escolar então. “A nossa biblioteca está bem arrumada, pois, fazemos a aquisição de livros aos sábados e a entrega (empréstimo) nas quartas-feiras (sic) [...] cuidamos para não rasgar as capas dos livros. Tudo

pela Pátria. [...].<sup>3</sup> As atas referentes à biblioteca e aos clubes de leitura exprimem ainda uma complementaridade entre as associações. Ver ilustração (FIG. 03).

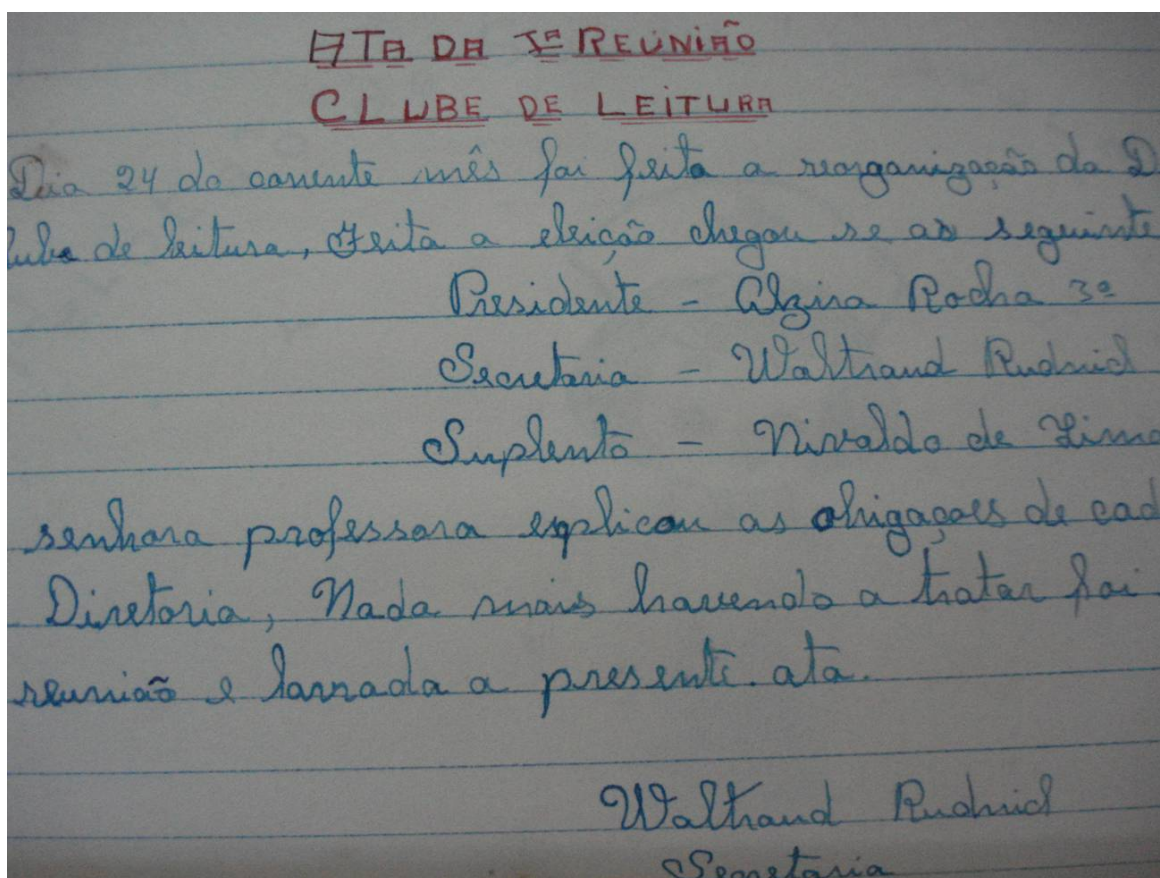


FIG. 03

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Cx. 61.

A Reforma Elpídio Barbosa no que se refere a biblioteca escolar indica que resultou em frutos positivos. Um exame a fonte de referência, o *Guia das Bibliotecas Brasileiras*, 3.edição, de 1955, e a edição posterior mostram, de certo modo a efetividade do Decreto nº. 3.735, quando indicam que na década de 50 haviam sido implantadas 748 bibliotecas escolares em escolas primárias e 23 bibliotecas em escolas secundárias. O crescimento das bibliotecas escolares é significativo já desde 1935, segundo Machado (2002); em 1948, as unidades escolares registram um crescimento de 144%; no que se refere à biblioteca escolar, o crescimento foi de 602%. Assinala ainda o Guia que esse quadro era uma consequência das ações do Departamento de Educação, que “[...] cobrava exaustivamente a instalação destas bibliotecas, através das Circulares emitidas aos diretores das escolas” (p. 103). Além disto, o Departamento, em 1944, colocou diversos pontos de pauta nas reuniões pedagógicas mensais,

<sup>3</sup> Relatório das Associações. Escola Mista Estadual de Papanduva, município distrito Campo Alegre. 1950.

nas quais estavam presentes “inspetores escolares, auxiliares de inspeção, diretores e professores de grupos escolares, substitutos de escolas isoladas, estaduais e municipais” (MACHADO, 2002, p. 103-104).

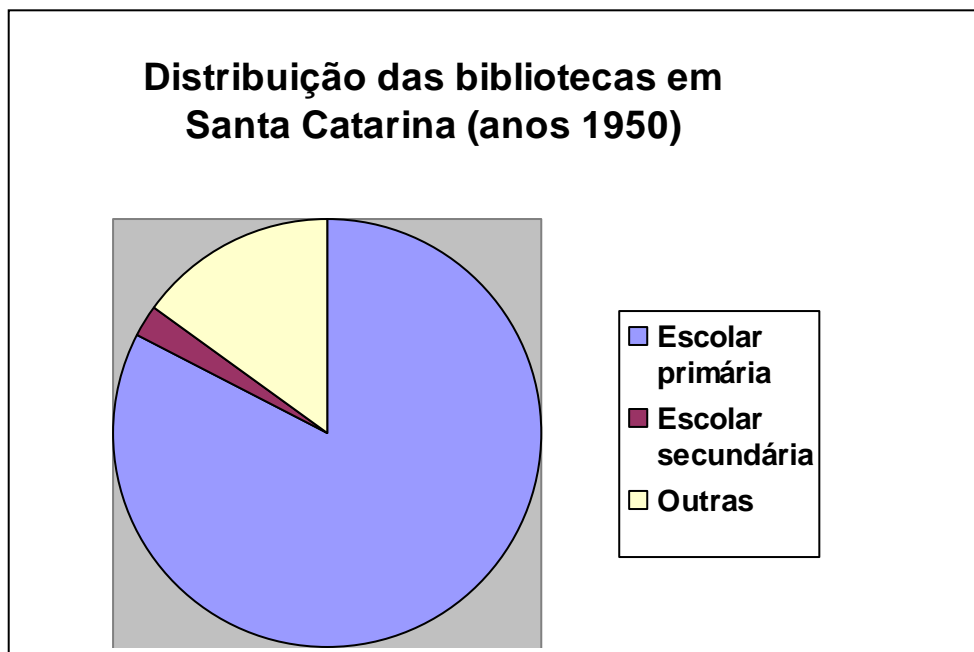


Figura 04

Fonte: Guia das Bibliotecas Brasileiras, 1955.

Do quadro se pode depreender que a biblioteca escolar em Santa Catarina, na década de 40, passa a contar com amparo legal, resultando em uma representatividade sociopolítica e, conseqüentemente, num aumento de seu número nas décadas posteriores. No entanto se a década de 50 do século XX, pode ser considerada o ápice da instalação de bibliotecas escolares em Santa Catarina, a partir da década de 60, mais precisamente na década de 70, como se pode constar no Guia das Bibliotecas Brasileiras, editado pelo IBGE em 1979 esta unidade escolar de informação e conhecimento dá lugar a biblioteca pública. Assim esse tipo de biblioteca, o seu público e por que não dizer seu acervo passa a ter abrigo nas bibliotecas públicas. Este cenário tem indícios nos dados catalogados, isto é naquela década registrou-se 550 bibliotecas existentes em 197 municípios. Em outras palavras, ocorreu uma diminuição de bibliotecas nas escolas da Rede de Ensino Público em Santa Catarina.

### **3 A BIBLIOTECA ESCOLAR NO MANIFESTO DA IFLA/UNESCO**

Após a Segunda Guerra Mundial, alguns organismos e instituições discutiam formas que pudessem contribuir na configuração de uma sociedade de desenvolvimento e paz. Dentre eles, destaca-se a UNESCO.

Calcados na experiência dos manifestos da biblioteca pública, a UNESCO e a Federação Internacional de Associação de Bibliotecários (IFLA), após 50 anos lançaram o Manifesto da Biblioteca Escolar em 1999, o qual tem por objetivo difundir o papel da biblioteca escolar. O documento objetiva destacar, além de seu valor, a necessidade de incluí-la no sistema educativo de cada país com a missão de promover a aprendizagem, possibilitando aos membros da comunidade escolar se tornarem indivíduos críticos e efetivos usuários da informação. Leia-se trechos deste documento.

A Biblioteca Escolar no Ensino-Aprendizagem para todos  
Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO

**A biblioteca escolar proporciona informação e idéias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, ermitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis.**

Missão da Biblioteca Escolar.

A biblioteca escolar disponibiliza serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. As bibliotecas escolares articulam-se com as redes de informação e de bibliotecas de acordo com os princípios do Manifesto da Biblioteca Pública da UNESCO.

O pessoal da biblioteca apoia a utilização de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção a documentários, impressas ou eletrônicas, presenciais ou remotas. Os materiais complementam e enriquecem os manuais escolares, materiais e metodologias de ensino.

Está comprovado que quando os bibliotecários e os professores trabalham em conjunto, os estudantes alcançam níveis mais elevados de literacia, leitura, aprendizagem, resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias de informação e comunicação.

As bibliotecas escolares devem disponibilizar os seus serviços de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social. Aos utilizadores que, por qualquer razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns na biblioteca, devem ser disponibilizados serviços e materiais específicos.

O acesso aos serviços e coleções deve orientar-se pela Declaração Universal dos Direitos e Liberdades do Homem das Nações Unidas e não deverá ser sujeito a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa ou a pressões comerciais". [...] (UNESCO/IFLA, 1999)

## **FINALIZANDO**

Os documentos analisados e confrontados com o Manifesto em favor da Biblioteca Escolar, aponta que biblioteca escolar preconizada na década de 40 do século XX, de certo modo se antecipou a orientação às práticas recomendadas à atual biblioteca escolar.

O Manifesto UNESCO/IFLA articula uma ação de mão dupla, entre a biblioteca e comunidade escolar. Na década de 40, Lourenço Filho, citado por Machado (2002, p.15),

já advogava que a biblioteca e o ensino ‘[...] são instrumentos complementares [...] não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura será, por seu lado, instrumento vago e incerto’. Os diferentes manifestos da UNESCO em torno desse tema estimulam, a partir da década de 70, uma cumplicidade entre biblioteca escolar e biblioteca pública, sem prejuízos para a identidade institucional.

Neste raciocínio, biblioteca escolar, biblioteca pública, ou melhor, toda biblioteca constitui espaço promotor da justiça no sentido de possibilitar o que Chauí (1989, fl.01) advoga ao se reportar ao papel dessa instituição em um discurso para prefeitos no estado de São Paulo:

Como oficina e laboratório, a biblioteca é nossa possibilidade para vencer a estupidez, a ignorância e a letargia das verdades estabelecidas. [...] A democracia nasce na Grécia clássica quando desaparece a palavra do mestre da verdade, do adivinho e do rei da justiça para prevalecer a palavra compartilhada, nascida na assembléia dos guerreiros. Remete o leitor aos tempos da Grécia Antiga, no qual havia as assembléias dos guerreiros.

Marilena Chauí argumenta dois conceitos inerentes à democracia: a chamada isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e a isegoria (o igual direito de cada cidadão, e de cada um, de emitir sua opinião). A autora alerta, porém, para o fato de que numa sociedade de grande escala, como hoje vivemos, a informação escrita é essencial e nela “[...] o cidadão só pode participar da atividade social e política se puder obter as informações que o capacitem à participação”. Neste sentido, toda biblioteca é portadora do conceito de justiça e, nesta esteira, de êxito escolar.

Por tudo isso, assume-se que a representação do conceito de justiça pode ser creditada à biblioteca escolar inscrita tanto nos manifestos da UNESCO sobre biblioteca pública, quanto no manifesto da biblioteca escolar da década de 90 do século XX, aqui analisados. Destaca-se, no entanto, que professor, bibliotecário, ou, melhor dizendo, que a comunidade escolar precisa ler e/ou (re)ler a biblioteca escolar como um dos equipamentos escolares facilitadores do êxito escolar.

O estudo de leis, decretos, insistimos, aponta para a construção de uma sociedade mais justa a partir das Reformas do Ensino em Santa Catarina; apesar disso, percebe-se uma distância histórica entre o prescrito e o realizado.

John Rawls propõe aprimorar a distribuição de bens em sociedades ordenadas por uma Constituição, na qual se reconhece:

O ideal de justiça democrática como ordenador das instituições que formam a estrutura básica de uma sociedade; a liberdade de acesso aos bens sociais primários, igual para todos os cidadãos; a liberdade eqüitativa de acesso às distinções econômicas e sociais que resultem do esforço de cooperação dos sujeitos, representados na estrutura básica da sociedade (FELIPE, 2006.p. 5-6).

A crescente complexidade em todos os ramos do conhecimento, requer indivíduos que sejam preparados desde cedo a não apenas a localizar e interpretar informações corretamente, mas que também saibam separar julgamentos, fatos e experiências verdadeiras de falácias e incorreções históricas ou científicas, que tendem a aumentar descontroladamente com a explosão informacional.

O relacionamento prematuro do estudante com a biblioteca tornará isso possível, ao permitir que o aluno desenvolva um contato prévio com as fontes de informação, analisando a credibilidade, a pertinência e a qualidade das mesmas.

Desta forma, pode se concluir que na sociedade da informação, ou na dita nova economia, a informação é um bem primário para a produção do conhecimento, pois, inclusive a partir e até com a colaboração da escola e da biblioteca escolar, possibilita gerar uma sociedade mais justa.

## BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Guia das bibliotecas brasileiras**: registradas até 31 de dezembro de 1952. 3.ed. Rio de Janeiro:[Imprensa Nacional], 1955.
- BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. **Guia das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro:IBGE; INL, 1979.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Organização ensino primário e normal**. XVI estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina, 1942. (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Boletim, 21).
- CATANI, Denice Barbara & CARPENTIER, Claude. **Justiça, Êxito e Fracasso na Escola**: o impacto sobre os processos de socialização e de construção das identidades profissionais dos professores (Brasil-França, 1950-2005. São Paulo, 2005; mimeo).
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **R. Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, jan.o/abr., 1991.
- CHARTIER, R. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUÍ, M. **Encontro nacional com prefeitos municipais sobre biblioteca pública, biblioteca escolar e leitura. Brasília, março de 1989**. (mimeo).(7 fl.)
- EGGERT-STEINDEL, G.; OLIVEIRA, S; SHIMIGELOW, K. Bibliotecas públicas municipais catarinenses. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 7, n.12, p. 34-50, 2002.
- FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. V. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **R. Brasileira de Educação**, n. 14, maio/jun.jul., 2000.
- FELIPE, S. T. Por uma Questão de Justiça Ambiental. **Éthic@**, Florianópolis, v.5, n.3, p. 5-31, Jul 2006.

MACHADO, A. **A implantação de bibliotecas escolares na rede de ensino de Santa Catarina (décadas de 30 e 40)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 2002.

NEDEL, J. **A teoria ético-política de John Rawls: uma tentativa de integração de liberdade e igualdade**. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 2000. 199 p.

NEVES, I.C.B. Pesquisa escola nas séries iniciais do ensino fundamental em Porto Alegre, RS.: bases para um desempenho interativo entre sala de aula e biblioteca escolar. **R. Bibliotecon. & Comum.**, v.8, p.91-116, 2000.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto N. 3.735, de 17 de dezembro de 1946**.

Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, p. 3-153, 1946.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995. 118p. (Coleção Questões da nossa época, v.45)

SOUZA, R.F. de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

UNESCO. **MANIFESTO DA IFLA/UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS**. IFLA/UNESCO, 1999. Disponível em: < <http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 17 mar 2008.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto N. 3.735, de 17 de dezembro de 1946**. Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, p. 3-153, 1946.

SANTA CATARINA. Secretaria da Educação e Cultura. **Biblioteca pública**. Florianópolis, 1962.

SANTA CATARINA. Biblioteca pública do estado de Santa Catarina – **Relatório. 1976**.